

Lisboa, cidade aberta e fechada: das novas leituras em espaços públicos

Lisbon, open and closed city: of the new
readings in public spaces

DANIEL MELO

Universidade NOVA de Lisboa, Portugal

danielseixasmelo[at]hotmail.com

Impossibilia. Revista Internacional de Estudios Literarios. ISSN 2174-2464. No. 17
(mayo 2019). Páginas 148-179. Artículo recibido 17 septiembre 2018, aceptado 23 abril
2019, publicado 30 mayo 2019.



RESUMEN: Neste texto analisa-se o alcance educativo e sociocultural das bibliotecas ao ar livre na Lisboa novecentista, expoente em Portugal duma tendência internacional de modernização dos serviços bibliotecários. Expõem-se os limites da modernidade cultural numa sociedade em que a democratização educativa e cultural foi muito constricta e lenta mas na qual as sociabilidades de rua, as experiências educativas e o dinamismo sociocultural urbano foram amiúde expressivos. Verifica-se ainda como a função educativa da biblioteca teve sentidos distintos, consoante as concepções político-ideológicas dominantes, passando-se do potencial progressista e emancipatório do período republicano para a tónica na censura e no controle ideológico durante a ditadura salazarista. A ânsia de domesticação, pelas autoridades, de grupos de leitores emergentes enfrentou opções inexoráveis, pela imprensa e por uma leitura mais recreativa e ligada à indústria cultural ocidental. Ademais, a frequência destes espaços extra-domésticos contribuiu para a paulatina libertação feminina do patriarcalismo, plenamente assumida no pós-ditadura.

PALABRAS CLAVE: bibliotecas ao ar livre, censura, cultura de massas, democratização da educação e da cultura, educação popular, história da leitura, imaginário cultural, modernidade cultural, nacionalismo, política cultural

ABSTRACT: This text analyzes the educational and socio-cultural reach of the open-air libraries in 20th century Lisbon, a Portuguese exponent of an international tendency to modernize librarian services. It exposes the limits of cultural modernity in a society in which educational and cultural democratization was very restricted and slow, but where street sociabilities, educational experiences and urban sociocultural dynamism have often been expressive. It is also verified how the educational function of the library varied according to the dominant political-ideological conceptions, moving from the progressive and emancipatory potential of the republican period to the emphasis on censorship and ideological control during the dictatorship. The authorities' desire for domestication of groups of emerging readers faced inexorable options, regarding the press and a more

recreational reading, connected to Western cultural industry. In addition, the frequency of these extra-domestic spaces contributed to the gradual liberation of women from patriarchy, fully assumed in the post-dictatorship.

KEYWORDS: open-air libraries, censorship, cultural imaginary, cultural modernity, cultural policy, democratization of education and culture, history of reading, mass culture, nationalism, popular education



INTRODUÇÃO

Este texto faz um estudo das bibliotecas ao ar livre na cidade de Lisboa, as primeiras e mais relevantes deste tipo em Portugal, que integraram uma tendência internacional de expansão dos serviços de extensão bibliotecária (Traniello, 1997; Jenkins, 2000; Greenberg, 2003). Pretende-se contribuir para a análise da evolução da modernidade cultural numa sociedade em que a democratização da educação e da cultura foi muito constricta e lenta mas na qual as sociabilidades de rua, as experiências educativas e o dinamismo sociocultural urbano foram expressivos em certas fases (em especial, na capital) e ao nível do que ocorria noutras cidades do mundo ocidental. Em complemento, busca reflectir-se sobre o significado que tiveram estas bibliotecas face ao valor social do livro e da leitura e ao seu nexos com a educação formal, procurado pelas autoridades tanto nos enunciados retóricos como na aposta em certos conteúdos e na complementaridade e proximidade destes espaços face ao espaço e ao tempo escolares.

Se, dum certo ponto de vista, estes novos espaços pareciam ser um mero prolongamento das sociabilidades dos passeios públicos românticos do século XIX (Peixinho & Dias, 2015), o caso de Lisboa demonstrará que a sua vocação foi mais complexa, envolvente e politicamente dirigida para atrair e enquadrar as massas urbanas. Sob o regime republicano, a subordinação destas e de todas as bibliotecas à instrução estiveram no cerne tanto do sistema bibliotecário estatal como da experiência associativa pioneira nesta área. A preocupação das classes dirigentes com o enquadramento destas massas foi depois reforçada pela emergência e persistência duma ditadura de direita ultranacionalista no país, a qual se atarefou a propor uma rua mais domesticada, em contraponto à rua operária e republicana, propícia ao ócio disruptivo, à libertinagem social e cultural, ao tumulto, ao debate e conflito políticos, que entrelaçara essa mesma rua com os espaços semifechados e ruidosos dos muitos cafés, tascas, leitarias e clubes que pululavam na capital portuguesa de então (Janeiro, 1994; Melo, 2008 e 2010; Peixinho & Dias, 2015).

O presente artigo cruza analiticamente história das bibliotecas e da leitura, história das representações e dos discursos e história da educação, mobilizando criticamente estudos e fontes primárias diversas (visuais e escritas, oficiais e testemunhais), do arquivo histórico da Câmara Municipal de Lisboa (CML), de diversos arquivos históricos do Estado central português, da imprensa periódica da época e da blogosfera.¹

¹Este texto, integrante dum projecto apoiado por bolsa de pós-doutoramento da FCT-MCTES, é uma versão da comunicação apresentada ao XIII Seminario Interdisciplinar de Estudios sobre Cultura Escrita (SIECE, Universidad de Alcalá, 2017). Agradece-se a Cláudia Castelo a cedência de informação preciosa sobre o serviço bibliotecário da CML. Sobre a documentação dos arquivos históricos do Estado central, a pesquisa básica foi realizada para outros estudos, nomeadamente para a tese de doutoramento (Melo, 2004), para um esboço panorâmico (Melo, 2008) e para um livro dedicado à I República (Melo, 2010).

A I REPÚBLICA: O PLANO DE BIBLIOTECAS MÓVEIS E A PRIMEIRA BIBLIOTECA AO AR LIVRE

Uma vez que focamos as bibliotecas ao ar livre em Portugal cuja estreia se deu nos anos 1920, importa referir desde logo que o regime político da I República (1910-1926) apostou numa reforma bibliotecária ambiciosa, que reforçasse o papel patrimonial e custodial do Estado, potenciase a educação formal e não formal e promovesse a consciencialização cívica. O desenho institucional revelava uma maior preocupação com a articulação entre Estados central e local, entre unidades fixas e móveis (e, nestas, destaque para as bibliotecas itinerantes) para satisfazer distintos públicos, tendo-se criado uma estrutura dinamizadora a nível central e para todo o país, a Biblioteca Popular de Lisboa (mais tarde, Biblioteca Popular Central de Lisboa, BPCL). Os republicanos no poder assumiram a relevância de novas funcionalidades no serviço público de leitura, como espaços e fundos especiais para certos públicos (crianças, senhoras, professores primários, soldados, etc.), ampliação dos horários de leitura pública (ao longo do dia, em todas as estações do ano, matutino e nocturno), diversificação dos tipos de leitura (presencial e domiciliário), especializações (como as bibliotecas infantis e as hemerotecas). Percepcionaram a importância da estruturação dos distintos tipos de bibliotecas a nível nacional e de disseminação do acesso ao livro a nível territorial; e, com as novas bibliotecas, tanto eruditas como populares, ajudou a que o livro e o jornal ganhassem maior circulação e visibilidade na sociedade. A atenção às bibliotecas ligava-se ao cerne da *demopedia* e, por conseguinte, a uma prioridade para a educação e sua laicização (Melo, 2010). Um dos diplomas basilares era taxativo: “as Bibliotecas são sempre instrumento de instrução” (Decreto-lei de 18/3/1911, 1911: 1245).

Apesar das boas intenções e da existência duma visão oficial mais informada e articulada, a junção duma série de factores – nomeadamente os bloqueios estruturais da política sectorial, as carências financeiras, a instabilidade política, a curta duração do regime, o fraco crescimento da alfabetização e da escolaridade em termos nacionais – inviabilizou

grandes desenvolvimentos neste sector no primeiro quartel de novecentos (Melo, 2004; Nóvoa, 2005). Ademais, a extensão bibliotecária por pólos ao ar livre só se consolidou no mundo a partir dos anos 1930, mormente no âmbito anglo-saxónico e euro-setentrional (Greenberg, 2003), não sendo de estranhar que o fenómeno também tenha sido uma raridade no Portugal republicano.

Com efeito, o único exemplo de que há registo para a I República é a biblioteca do Jardim da Estrela em Lisboa, criada em 1922 por iniciativa dum universidade popular (a Universidade Livre) e de Alexandre Ferreira, dirigente do pelouro municipal de Instrução e Assistência (1923-1926) e dinamizador republicano da democratização da educação (Melo, 2010).² Teve por modelo inspirador directo a biblioteca madrilena do Parque do Retiro, de 1919, e a experiência foi desde logo defendida na imprensa portuguesa, inclusive com sugestões visuais para adopção nos jardins fechados de Lisboa (Ramos, 1919), demorando, porém, uns anos até ver a luz do dia. Segundo reportagem da revista *Ilustração Portuguesa*, desde a abertura que esta biblioteca estava “profusamente divulgando as maravilhas da poesia e da prosa portuguesa[s]”, para o que também contou com o apoio dalguns editores (Anónimo, 1922). Em *cliché* reproduzido neste suplemento semanal do diário de grande circulação *O Século* pode verificar-se que o acervo da biblioteca teria centenas de livros, incorporados em duas estantes e uma mesa de apoio (Anónimo, 1922).

GÉNESE E EVOLUÇÃO DAS BIBLIOTECAS DE JARDIM DO GOVERNO MUNICIPAL DE LISBOA

Esta ideia foi depois adoptada e expandida pelo município da capital a partir de 1937, seguindo-se-lhe outros municípios,³ agora sob uma ditadura que instrumentalizou a educação

²Sobre a relevância desta universidade e de Alexandre Ferreira cfr. (Bandeira, 1994; CML, 2000).

³Nos anos 1930-60, este modelo foi replicado noutras sete cidades (pelo menos), distribuídas de norte a sul do país e nas ilhas adjacentes, por iniciativa estatal em quase todas.

para fins de inculcação ideológica, fazendo censura política (e incentivando a censura social) ao impresso, vigiando e restringindo as leituras disponíveis em todas as bibliotecas (sobretudo as que considerava subversivas) e procurando impor um *corpus* literário nacionalista (Melo, 2004 e 2016; Nóvoa, 2005; Vaquinhas, 2012).

A leitura pública será mais controlada nas bibliotecas estatais destinadas às classes populares, tal como consta em diploma basilar de 1931.⁴ Tratava-se de neutralizar um certo legado republicano e operário: a leitura instigadora de pensamento crítico e de emancipação social. Transferir a leitura para jardins públicos foi um outro modo de controlo e condicionamento das leituras: retirando-a dos espaços antes “contaminados”, como os cafés e tascas onde se comentavam jornais e folhetos, quantas vezes politicamente ou libertinamente disruptivos, ou das suspeitas “bibliotecas populares” das associações operárias. Evitava-se que os jovens estudantes seguissem a via disruptiva dos seus predecessores, levando-os da escola à biblioteca e assim acompanhando-os em todos os momentos possíveis do seu tempo social. O pretexto continuava a ser o formativo (ou a boa recreação, uma variante tolerável), ainda que a orientação e o contexto político-ideológico fosse assaz diverso.

Neste sentido, em Lisboa, a instalação de bibliotecas ao ar livre em jardins, parques e praças passou a fazer parte do programa educativo-cultural municipal (Câmara Municipal de Lisboa,⁵ 1959: 146/7). Dessas, cinco foram criadas nos anos 1930, seis nos anos 1940, duas nos anos 1950 e duas nos anos 1960, num total de quinze unidades. Cada unidade era constituída por um armário metálico (pintado de verde, com portas envidraçadas e portadas amovíveis, e “com capacidade para cerca de 300 a 350 volumes”), o elenco de livros e revistas a consulta, mesa de apoio para encarregado e cadeiras de abrir e fechar.⁶ A iniciativa coube à Câmara

⁴“Tanto na Biblioteca Popular Central de Lisboa, como em todas as bibliotecas populares e móveis, é absolutamente vedado fornecer livros, revistas e panfletos que contenham ofensas à moral e às religiões, ou doutrinas contrárias à segurança do Estado” (Decreto-lei n.º 19952, 1931: art. 132.º).

⁵En adelante, CML.

⁶Citado de ofício de 1950 in PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01/0181, cx. 5, processo 129.

Municipal de Lisboa mas quem tinha obrigação legal quanto à instalação de bibliotecas nos jardins era a BPCL, que nada fará nesse âmbito.⁷ As estruturas centrais, de que a BPCL era uma ramificação, estavam mais preocupadas com a função custodial e com as bibliotecas eruditas, longe das multidões e das ruas (Melo, 2010).

No final da década de 1930, o balanço oficial das designadas “bibliotecas volantes” em Lisboa era positivo e inseria-se no projecto mais abrangente de levar a “leitura” às “várias zonas da cidade” e “a todas as camadas da população” (Dias, 1939a: 62). A mesma fonte refere que essas e as seis bibliotecas fixas⁸ eram “frequentadas por estudantes, operários, funcionários aposentados, militares, etc.” (62) e a “leitura popular” chegara a quase 240 mil munícipes nesse mesmo ano (Dias, 1939b: 24). Esta avaliação socioprofissional não é sustentada em dados objectivos quanto às bibliotecas ao ar livre, uma vez que o leitor destas unidades não tinha que declarar a sua profissão ou ocupação, apenas tinha que indicar a idade, o bilhete de identidade e preencher uma senha de leitura com o título da obra requisitada.⁹ Entre 1937 e 1958, as “bibliotecas volantes” serviram quase um milhão e oitocentos mil leitores (CML, 1959: 147).

DOS PÚBLICOS E FUNÇÕES DAS BIBLIOTECAS DE JARDIM

Apesar da apregoada preocupação com a “leitura popular”, o certo é que as bibliotecas ao ar livre de Lisboa foram instaladas sobretudo nas zonas novas, de classe média e de serviços

⁷Como consignado no diploma: “À Biblioteca Popular Central de Lisboa incumbe organizar nesta cidade um sistema de bibliotecas circulantes e móveis, incluindo as destinadas a jardins públicos” (Decreto-lei n.º 19952, 1931: art. 135.º). Ainda em 1955, se alertava para a persistência desta omissão por parte do Estado central (Sá, 1956: 282).

⁸Existiram ainda “bibliotecas itinerantes” nas juntas de freguesia de Lisboa, mas só duraram de 1937 a 1940, sendo transferidas para alguns bairros sociais, cadeias, hospitais, etc. (CML, 1959: 147/8). Unidades propriamente itinerantes (i.e., em contínua circulação por vários lugares) só surgiram em janeiro de 1961, começando com duas carrinhas.

⁹Esses indicadores socioprofissionais não foram apurados pelos responsáveis das bibliotecas ao ar livre, a crer no teor de certos relatórios e no facto das senhas de leitura serem vendidas a peso no final de cada ano.

da cidade. Não obstante, estes espaços foram muito frequentados, em especial pelos jovens, por quatro motivos principais: primeiro, as bibliotecas escolares eram poucas, mal apetrechadas e desagradáveis, tanto na capital como no país em geral; segundo, o empréstimo domiciliário era quase inexistente; terceiro, o serviço de leitura nocturna era também uma raridade, tendo surgido tardiamente (em Lisboa surgiu de modo sistemático apenas desde 1933/1934, ainda assim com interrupções várias);¹⁰ quarto, os poucos espaços para jovens existentes nas bibliotecas estatais eram pequenos¹¹ e amiúde lotados (Melo, 2004).

Em correspondência de 1950, o município de Lisboa assumia que não tinha regulamento próprio para as bibliotecas ao ar livre (apenas o geral, de 1931), que estas unidades eram formadas por “livros e publicações periódicas, estas últimas sempre actualizadas” (verificar-se-á adiante o seu incumprimento), tendo cada qual um “«catálogo de leitores», para uso do público, facilmente manuseável” (e havendo um catálogo geral “no serviço da sede”), supervisionadas por um funcionário sem formação profissional (designado por “vigilante de bibliotecas”, embora também “encarregado de atender o público” e zelar pelo serviço) e que o “horário de leitura” era das 9 às 12h e das 13h30 às 18h30, em “todos os dias úteis”.¹² Em 1951, a oferta total quedou-se pelos 2500 volumes, que fizeram “‘roulement’ trimestral”.¹³ Isto significa que os armários-biblioteca estavam significativamente abaixo do limite, com uma média de 250 volumes por armário quando podia chegar aos 350. Em

¹⁰A leitura nocturna encerrava durante dois meses do ano (agosto e setembro), pelo menos; foi suspenso durante a II Guerra Mundial, devido ao racionamento do consumo de energia eléctrica, sendo retomado apenas em 1945. Quando este serviço foi novamente encerrado em todas as unidades fixas de Lisboa, em novembro de 1948, o movimento de leitura teve uma quebra imediata de um terço de utilizadores e levou a queixas, em especial no bairro operário do Poço do Bispo, as quais influenciaram na reposição do serviço em março de 1949.

¹¹Imagem esclarecedora duma sala de leitura para crianças sobrelotada em CML, 1959: s.p. [folha intitulada “Biblioteca Municipal Central – Palácio Galveias – Sala de leitura infantil (1935)”].

¹²PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01/0181, cx. 5, processo 129. Posteriores referências a este núcleo documental serão abreviadas. No Verão, o fecho passou para as 19h e a abertura para as 9h30 (CULT/01/0443, cx. 10).

¹³O recheio bibliográfico global (CULT/01/0523, cx. 11) permanecia o mesmo em 1955 (CULT/01/1672, cx. 35).

meados dos anos 1950, os horários foram reduzidos drasticamente, ficando algumas unidades só com horário de manhã e outras com o de tarde.¹⁴

À semelhança das bibliotecas populares fixas e itinerantes, os acervos das bibliotecas ao ar livre foram constituídos por compra de livros, assinaturas de periódicos, ofertas e incorporações. Por limitações financeiras, entre 1946 e 1956 o recheio bibliográfico das bibliotecas ao ar livre não foi actualizado. O mesmo ocorreu com as unidades móveis (Castelo, 2008). Ademais, a partir de 1950, a catalogação tornou-se mais lenta (por menos recursos humanos e mais entradas), atrasando o acesso dos leitores às novas publicações. Em 1954, o atraso na catalogação, em relação ao último depósito legal entrado, fixava-se em quinze meses. Estas limitações devem ter preocupado em especial quem lia revistas infanto-juvenis em voga, como *Mundo de Aventuras* (1949-1987), *O Cavaleiro Andante* (1952-1962) e *O Mosquito* (1936-1961), não permitindo seguir a continuação das histórias ou aceder a novas.

O atraso na catalogação e a considerável quantidade de bibliotecas populares fixas e móveis influíram num problema mais grave, até para a miudagem: a renovação de jornais e revistas tornou-se difícil de assegurar, comprometendo o movimento de leitura (Castelo, 2008). Em 1951 a situação era já avaliada como preocupante, pois alguns matutinos disponibilizados nos jardins eram postos à consulta nas bibliotecas fixas durante o serão, em vez de jornais vespertinos, a essa hora mais actualizados. A encarregada do Serviço de Bibliotecas Populares alertou superiormente para o problema:

[Deixo o meu] pesar por a verba não permitir que as Bibliotecas Fixas sejam equipadas com o número de periódicos necessários ao bom cumprimento da função de informação que lhe é própria. [...] é caso para pensar: Interessará aos futuros leitores da Idade Atómica a leitura nocturna – nas Bibliotecas Fixas – dos jornais diários da manhã idos dos jardins?¹⁵

¹⁴CULT/01/2217, cx. 54/exp. Em 1964, três das onze unidades ao ar livre então activas tinham horário de manhã e de tarde, das 9 às 13h e das 14 às 18h no Inverno (CULT/01/4532, cx. 144).

¹⁵Informação 4/51 de 10/1/1951 (CULT/01/0266, cx. 7).

Em 1955, os serviços alertavam para o declínio acentuado da leitura nas bibliotecas ao ar livre desde que se reduzira de modo relevante a oferta de periódicos, sobretudo de jornais diários e revistas infanto-juvenis. Com efeito, até 1949 a sua assinatura correspondia a metade da despesa de aquisições para todas as “bibliotecas populares” municipais, caindo depois para um quarto. Para comprovar a quebra abrupta no movimento de leitura foi apresentado pelo chefe da Repartição de Bibliotecas e Museus ao Director dos Serviços Centrais e Culturais um quadro similar à Fig. 1.¹⁶ Na resposta, autorizou-se mais 5%, quando era pedido 40% do total.

Anos	Despesa com assinaturas	Leitores		
		bibliotecas fixas	bibliotecas ao ar livre	Total
1949	33605\$40	66843	113710	180553
1950	16942\$00	70865	67314	138179
1951	21417\$20	60774	71223	131997
1952	17175\$60	52657	63601	116258
1953	18888\$00	55536	56133	111669
1954	17465\$00	59219	65955	125174
1955			39860 (51098 vols.)	

Figura 1. Movimentos de despesa e leitura nas bibliotecas fixas e ao ar livre da CML (1949-54).

Neste período, houve um preconceito oficial contra as revistas infanto-juvenis, tendo sido o próprio presidente da CML a recusar mais despesa com estas publicações para as suas

¹⁶Fonte: PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01, cx. 14/BP, 1955; PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01/1672 cx. 35, proc. privativo 67, fl. 18 (para dados de 1955).

“bibliotecas populares”, mesmo que por pedido dos serviços, como ocorreu em 1953.¹⁷ Já no ano seguinte, 1956, deu-se uma inversão total, sem justificação e ao arrepio das orientações dos técnicos competentes: as unidades ao ar livre passaram a receber todos os periódicos mais populares, e as fixas nada, levando a uma forte redução de leitura nestas últimas.¹⁸ Assim, as bibliotecas de jardim receberam então, cada qual, quase todos os jornais diários da metrópole, três jornais desportivos, revistas gerais e especiais e jornais infantis.

Entre a oferta para todas as “bibliotecas populares” da CML, a lista de exemplos apresentada revela um equilíbrio entre publicações de entidades oficiais e particulares (Figs. 2¹⁹ e 3).²⁰ No respeitante às ofertas de periódicos, tratava-se maioritariamente de publicações oficiais ou oficiosas de organizações milicianas do regime (MPF) ou a ele afectas (LP), do partido único no governo (UN) e de grupo de defensores do Império português, sobrando uma do associativismo automobilista (ACP), outra do Grupo “Amigos de Lisboa” e outra dos profissionais da arquitectura.

¹⁷/CULT/01/1038, cx. 24/EC.

¹⁸Perda superior a nove mil leitores só no semestre de 1957 e em comparação com semestre homólogo de 1956.

¹⁹Fonte: PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01, caixa 14/BP, 1955. Nb: a assinatura da *Seara Nova* foi destinada à biblioteca do Jardim Teófilo Braga.

²⁰Fonte: PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01, caixa 14/BP.

Título da publicação	Bibliotecas com assinatura	Produtor, orientação editorial, tipo de publicação
<i>Bem Viver [1953-54]</i>	15	revista mensal, sobretudo para público feminino (dir. Fernanda de Castro)
<i>Bola, A</i>	4	jornal desportivo
<i>Cavaleiro Andante, O [1952-62]</i>	7	revista infanto-juvenil (sobretudo banda-desenhada europeia)
<i>Diário da Manhã</i>	6	jornal generalista porta-voz do partido único
<i>Diário de Notícias</i>	7	jornal generalista (situacionista)
<i>Diário do Governo</i>	7	periódico oficial de legislação
<i>Flama</i>	4	revista generalista
<i>Flecha [Ligeira]</i>	17	revista infanto-juvenil (Brasil)
<i>Mundo de Aventuras [1949-87]</i>	7	revista infanto-juvenil (sobretudo banda-desenhada dos Estados Unidos da América)
<i>Nossos Filhos, Os [1942-?]</i>	7	revista para público feminino
<i>Ocidente</i>	10	revista cultural e de pensamento
<i>Olisipo</i>	10	revista sobre Lisboa, do Grupo «Amigos de Lisboa»
<i>Panorama</i>	7	revista cultural oficial (SPN/SNI)
<i>Revista de Portugal</i>	10	revista cultural e de pensamento
<i>Seara Nova</i>	1	revista cultural e de pensamento (oposicionista)
<i>Século, O</i>	7	jornal generalista (situacionista)
<i>Século Ilustrado</i>	2	suplemento ilustrado com fotografias de jornal generalista (situacionista)

<i>Sempre Fixe</i>	5	suplemento humorístico de jornal generalista independente
<i>Titã: semanário juvenil ilustrado</i>	7	revista semanal infanto-juvenil
<i>Voz, A [1927-74]</i>	6	jornal católico

Figura 2. Assinaturas de periódicos para as “bibliotecas populares” da CML (1955)

Ofertas (exemplos)	Total de Bibliotecas com oferta	Produtor, orientação editorial, tipo de publicação
<i>A.C.P.[revista ilustrada de automobilismo e turismo] [1930-90]</i>	17	Automóvel Club de Portugal (associativismo automobilista)
<i>Arquitectura Portuguesa</i>	7	revista de arquitectura
<i>Boletim da Legião Portuguesa</i>	7	Legião Portuguesa (organização miliciana pró-situacionista)
<i>Defesa Nacional: órgão da defesa do Império Português [1934-74]</i>	3	revista pró-imperial, fundada por Soares de Oliveira e Peixoto Chedas
<i>Diário da Manhã</i>	4	União Nacional (jornal generalista oficial)
<i>Lusitas: obra das mães pela educação nacional] [1943-57]</i>	17	MPF (revista mensal desta organização)

		miliciana oficial)
<i>Menina e Moça[</i> : a melhor revista para todas as raparigas] [1947-74]	17	MPF (revista desta organização miliciana oficial)
<i>Olisipo</i>	4	revista cultural do Grupo Amigos de Lisboa

Figura 3. Ofertas de periódicos para as “bibliotecas populares” da CML (1955)

A biblioteca do Jardim do Campo Grande, inaugurada em 1957, teve direito a mobiliário distinto (incrustado na parede) e com capacidade para mais recheio bibliográfico e um perfil distinto de oferta, desejavelmente formado apenas por obras dos principais escritores portugueses e brasileiros, para tornar “mais vivos os laços históricos e culturais constitutivos da unidade espiritual que une Portugal ao Brasil”. Entre estas contavam-se quatro obras de Gilberto Freire, denotando intenções lusotropicalistas, de legitimação da presença colonial lusa graças à alegada extrema capacidade dos portugueses para se miscigenarem com os povos dos trópicos.²¹

Também exclusiva foi a biblioteca de jardim do Castelo de São Jorge, inaugurada em janeiro de 1959 e com quatro núcleos bibliográficos fortes: obras referentes a Lisboa; obras de autores clássicos (sécs. XVI, XVII e XVIII); obras e autores modernos e contemporâneos; obras para crianças. Esta biblioteca, instalada num espaço coberto, está aqui incluída porque supostamente a leitura podia fazer-se no jardim do Castelo, mas não foi encontrada prova disso.

²¹CULT/01/2182, ex. 25/BP, ofício 385/C-IV do Chefe da Repartição Joaquim da Silva Pinto para o Director dos Serviços centrais e Culturais da CML, 1957.

Em 1959/1960, efectuou-se uma renovação do recheio bibliográfico das bibliotecas ao ar livre, sendo algo heterogéneo o perfil das novas aquisições bibliólicas, com autores do cânone literário e outros mais "populares", ficção e não-ficção, alguns géneros (romance, conto) e subgéneros literários (sentimental, policial), colecções para públicos infantil, juvenil e adulto, etc. Embora algo heterogénea, nota-se uma concentração em autores do cânone luso oitocentista (a maioria destes persistindo também enquanto cânone escolar), em escritores nacionalistas e tradicionalistas católicos lusos dos séculos XIX-XX (Reis, 1991, Melo, 2004 e 2010, e Trindade, 2014), em escritores estrangeiros de credo católico ou em voga, em certas colecções de romances e novelas, para crianças, infanto-juvenis e técnico-profissionais, e em livros de história (Fig. 4)²². Em suma, a nova proposta bibliólica visou satisfazer uma procura já existente e reforçar uma certa orientação ideológica, daí que pouco inovando. Por exemplo, os autores mais inovadores só entraram com títulos isolados; foi insignificante o peso das ciências sociais e humanas (excluindo história, e um pouco de geografia), da poesia e do teatro. Não obstante, esta renovação teve efeito positivo em termos quantitativos, pois em 1960 atingiu-se os cem mil leitores.

²²Fonte: PT/AMLSB/AL/CMLSB/CULT/01/2939, 1959. Nb: quanto a autores, nomearam-se só aqueles que foram destacados na própria proposta oficial. Da colecção «Os Romances Universais» foi removido o *Bel-ami*, de Guy de Maupassant (constava da lista oficial de livros censurados).

Autor, área principal, subgénero e/ou colecção	editora
cânone luso oitocentista (vários títulos de Eça, Camilo e J. Dinis; também as obras de Arnaldo Gama, António Nobre e Conde de Sabugosa/ António Vasco de Melo)	várias
escritores nacionalistas neo-românticos e tradicionalistas católicos lusos dos séculos XIX-XX (obras de Antero de Figueiredo, Henrique Lopes de Mendonça, Campos Jr., Nuno de Montemor)	várias
escritores estrangeiros de credo católico ou em voga (Ernesto Psichari, Graham Greene; Hall Caine, Saint Exupéry)	várias
certas colecções de romances e novelas: Obras Escolhidas de Autores Escolhidos; Obras Primas Contemporâneas; Antologia; Grandes Clássicos; Clássicos do Tempo Presente; Os Romances Universais; Vampiro (policial); Xis, Colecção Minerva série amarela, e Colecção Minerva série branca (sentimental)	Romano Torres; Guimarães; Estúdios Cor; Editorial Aster; Portugalia; Livros do Brasil; Editorial Minerva
certas colecções para crianças: Contos de Encantar; Azul; Condessa de Ségur; Gente Grande para Gente Pequena; Os Melhores Livros para Crianças	Livr. ^a Clássica; Casa do Livro; Livr. ^a Figueirinhas + Educação Nacional de Adolfo Machado; Tavares Martins; A. M. Teixeira
certas colecções infanto-juvenis: Juvenil; Mocidade; Colecção Viagens, aventuras, epopeias; Terramarear; Terra e Mar	Empresa Nacional de Publicidade; Apostolado da Imprensa; Clássica Editora; Companhia Editora Nacional (SP, Brasil); Editorial Minerva
certas colecções juvenis: Vida e Aventura (novelas, narrativas de viagens ou de experiências)	Livros do Brasil
certas colecções técnico-profissionais: Biblioteca de Instrução Profissional; Nova Biblioteca de Instrução Profissional	Bertrand
certas colecções de história: Grandes Biografias; A Vida Quotidiana; Colecção Henriquina; Os Portugueses no Mundo; Por Terras de Maravilha (memórias de estadias junto de povos 'exóticos')	Aster; Bertrand; Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique; Sá da

	Costa; Tavares Martins
certas colecções de geografia: <i>Antologia da Terra Portuguesa</i> (antologia literária sobre regiões portuguesas e paratextos); <i>Os Portugueses no Mundo</i> ; <i>Por Terras de Maravilha</i> (memórias de estadias junto de povos ‘exóticos’)	Livros do Brasil; Sá da Costa; Tavares Martins

Figura 4. Perfil da nova aquisição bibliáca para as bibliotecas ao ar livre da CML (1959/60)

Para beneficiar este serviço, com renovação do mobiliário e local de instalação, um responsável municipal propôs em 1961 que se averiguasse as experiências ensaiadas nas principais cidades de vinte e quatro países, através de informações e imagens a obter junto das embaixadas.²³ Tal proposta não terá tido grande efeito, pois nada mais há sobre a referida renovação. No final de 1961, foi também oferecido um recheio de trezentos setenta e quatro volumes para formar a Biblioteca para o Jardim dos Pequenos, a instalar no Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, em Lisboa, a pedido desta instituição privada.

A preferência por publicações periódicas nas unidades ao ar livre era tão forte em 1962 que um responsável municipal propôs a transferência de alguns livros desse pequeno fundo para as bibliotecas itinerantes (que haviam arrancado em janeiro de 1961), pois estas novas unidades também estavam com muita procura.²⁴

²³Houve algumas respostas, mas boa parte enviava imagens de bibliotecas fixas, revelando incompreensão face ao pedido. O mesmo responsável também propôs a criação de uma biblioteca ao ar livre no Parque Municipal de Campismo (Monsanto), de outra para invisuais – à semelhança da existente em Viena de Áustria – que poderia funcionar no Jardim Guerra Junqueiro ou no Jardim Teófilo Braga, e a instalação de bibliotecas para crianças nos parques infantis do Campo Pequeno, do jardim Guerra Junqueiro e do Alvito (Parque Florestal de Monsanto).

²⁴“Recorreu-se então ao recheio das Bibliotecas ao Ar Livre, donde, sem prejuízo do rendimento da leitura, visto as preferências dos leitores se inclinarem marcadamente para a consulta das muitas publicações periódicas, tanto noticiosas, como culturais e desportivas que, por já se encontrarem registadas e catalogadas, puderam ingressar rapidamente nas Bibliotecas Itinerantes”. Para contrabalançar, propunha agora o mesmo responsável a aquisição de dois mil volumes (custo de cinquenta mil escudos) para as unidades ao ar livre, “entre os quais figuram, a par de obras de excepcional valor, quer sob o aspecto literário, quer pelo assunto versado, outras de leitura mais acessível, de maneira que todos os leitores, qualquer que seja a sua preparação intelectual, encontrem, dentro do limitado âmbito de uma Biblioteca de Jardim, a obra que melhor

Quanto a iconografia, temos prova de frequência das bibliotecas ao ar livre de Lisboa para quatro períodos: 1) 1922 (fotografias de autor não identificado); 2) 1939 (fotografias de Eduardo Portugal); 3) 1940-1949 (fotografias dos irmãos Horácio e Mário Novais; 4) novembro de 1959 (fotografias de Armando Serôdio).

Em foto de 1922 pode ver-se quatro pessoas em torno a uma estantaria-biblioteca no jardim da Estrela: um rapaz e um senhor idoso sentados num banco, este lendo um folheto, e, próximos, uma senhora folheando livros sentada numa cadeira e debruçada numa mesa de apoio e um jovem adulto de pé lendo um livro (Fig. 5).



Figura 5. Leitores junto à primeira biblioteca ao ar livre de Lisboa, no Jardim da Estrela (1922)

corresponda às suas necessidades espirituais” (CULT/01/3915, cx. 110, procº privativo 140, of. 616/C-IV, do chefe da Repartição de Bibliotecas e Museus da CML, Joaquim da Silva Pinto, para o dir. dos serviços centrais e culturais, 29/8/1962, fl. 1). Sobre as bibliotecas itinerantes em Portugal veja-se Melo, 2004 e Neves, 2006.

Numa foto do jardim França Borges, na praça do Príncipe Real, então chamada de Praça do Rio de Janeiro (Lisboa, 1939), notam-se leitores de diversas gerações lendo junto à biblioteca (Eduardo Portugal, 1955).²⁵

Numa foto do jardim da Estrela do mesmo ano e do mesmo fotógrafo, o espaço está cheio, já é maioritário o público infanto-juvenil (embora também haja leitores adultos), os bancos de jardim estão cheios e uma criança tem de ficar de pé para ler, lêem-se livros e um jornal grande (Fig. 6). Este predomínio foi potenciado pela expressiva proximidade de escolas públicas, em especial dos liceus Machado de Castro, Josefa de Óbidos e Pedro Nunes. Nos intervalos e após a frequência escolar, tornou-se um hábito para vários estudantes.²⁶



Figura 6. Leitores na nova biblioteca do Jardim da Estrela (1939). Fotografia de Eduardo Portugal.

©Arquivo Fotográfico de Lisboa

²⁵ <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentDisplay.aspx?ID=9522e07c834e0001e240&Pos=1&Tipo=PCD>.

²⁶ *Apud* depoimento do ex-estudante e leitor João Celorico (Leite, 2014).

De ano indeterminado da década de 1940 existe uma imagem da biblioteca do Jardim da Estrela, com miúdos e graúdos na leitura, todos juntinhos debaixo da sombra das palmeiras, distinguindo-se crianças e adolescentes lendo revistas, provavelmente com banda-desenhada aos “quadrinhos” (Horácio Novais).²⁷

Da biblioteca do Príncipe Real temos outra imagem, esta de 1949: as crianças dominam agora, havendo apenas um leitor adulto (Fig. 7). O miúdo que está junto ao encarregado da biblioteca está a ler a revista *Stadium*, uma então popular revista desportiva, sobretudo de futebol. Dois miúdos lêem a mesma revista, um deles está de pé. Este tipo de leituras, confirmado por outras fontes que referi(re)mos, é um índice notório da expansão da cultura de massas no país sob a forma de determinados impressos, das revistas desportivas aos “quadrinhos” (tema desenvolvido em *Bagagem*, 2008).



Figura 7. Leitores maioritariamente jovens na biblioteca municipal do Príncipe Real (1949).

Fotografia de Mário Novais. ©Arquivo Fotográfico de Lisboa

²⁷ <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/fotos/gca/1168537965a12289g.jpg>.

São de 1959 as restantes imagens localizadas, todas de Armando Seródio e correspondendo à maioria das fontes visuais pertinentes localizadas (sete em onze).

Na novel Praça João do Rio (ao Areeiro burguês) vêem-se leitores solitários, quase perdidos no arvoredado frondoso (PT/AMLSB/SER/100527).²⁸

Ao Jardim António Feijó (no bairro popular de Arroios) iam leitores de jornais (PT/AMLSB/SER/100528).²⁹

O mesmo ocorria no Jardim Augusto Gil, no bairro operário da Graça, onde até o guarda-bibliotecário aproveitava para se pôr a par das últimas da imprensa (PT/AMLSB/SER/100529).³⁰

No Jardim de Castilho (integrado no miradouro de Santa Luzia), no “bairro histórico” de Alfama, vêem-se jovens leitores de revistas juvenis e outros periódicos, incluindo crianças em leitura partilhada com jovem operário (Fig. 8).

²⁸ <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentDisplay.aspx?ID=9521e578854a0001e240&Pos=1&Tipo=PCD>.

²⁹ <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentPage.aspx?ID=9521e578854b0001e240&Pos=1&Tipo=PCD>.

³⁰ <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=282047&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>.

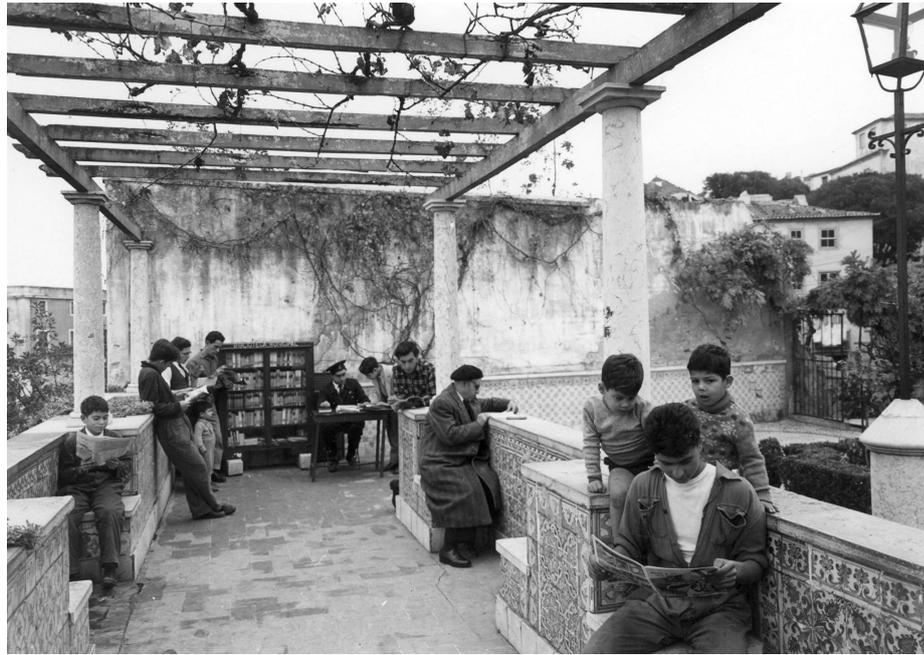


Figura 8. Leitores na biblioteca municipal do mirador de santa Luzia, en Alfama (1959).

Fotografia de Armando Serôdio. ©Arquivo Fotográfico de Lisboa

No Jardim Teófilo Braga, situado noutro bairro popular, Campo de Ourique, a imagem, devolve-nos leitores em pose para fotografia institucional, ou seja, uma ‘leitura’ declaradamente encenada.³¹

No Jardim Nuno Álvares, situado num bairro de classes média e popular (Santos), vê-se um senhor idoso bem vestido, um par de raparigas e um par de rapazes lendo livros (Fig. 9). Os rapazes partilham uma leitura com boa disposição.

³¹<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=282050&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>.



Figura 9. Leitores na biblioteca municipal do Jardim Nuno Álvares, em Santos (1959). Fotografia de Armando Serôdio. ©Arquivo Fotográfico de Lisboa

Por fim, no Jardim da Praça do Imperio, em Belém, a biblioteca serve apenas enquanto adereço do nacionalismo monumentalizado, pois não há leitores.³²

Ressalve-se que em 1963 foi aberto um serviço de leitura para cegos na biblioteca ar livre do jardim da Estrela. As fotos atinentes não mostram a frequência por leitores, apenas a cerimónia de inauguração (veja-se por exemplo fotografia de Armando Serôdio, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/S02064).³³

A iconografia permitiu-nos comprovar certas práticas e comportamentos (por exemplo, leitura de periódicos e de livros por todos) e formular interpretações que a documentação escrita não possibilitaria, a começar pela leitura em grupo por jovens enquanto prática de leitura comum nessas décadas. Tal prática pode testemunhar-se tanto para raparigas como para

³²<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentPage.aspx?ID=9521e57885420001e240&Pos=1&Tipo=PCD>

³³<http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/x-arqweb/ContentDisplay.aspx?ID=9526e173834d0001e240&Pos=1&Tipo=PCD>

rapazes (mais para estes, mas também estão mais presentes nas imagens disponíveis), patente em várias imagens específicas.

A ÚLTIMA GERAÇÃO DE BIBLIOTECAS AO AR LIVRE

Estas bibliotecas foram desactivadas em 1980 e não foi possível apurar informação adicional sobre os seus últimos anos de actividade.

Em 1993, um organismo cultural do Estado central, o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, lançou uma campanha nacional para a animação do livro e da leitura, que apoiou a reactivação de bibliotecas-quiosque nalguns jardins de Lisboa, nos meses de Verão. Foi uma iniciativa efémera, à qual sobreviveu apenas a unidade do Jardim da Estrela, de novo por amparo municipal. Passou esta a facultar a consulta presencial (ou o empréstimo domiciliário, uma novidade) de cerca de mil livros, além de jornais, revistas e jogos de entretenimento.³⁴ Tal relançamento surgiu já numa época de democratização da educação e da cultura, exemplificado pelo lançamento duma rede nacional de bibliotecas municipais, a partir de 1986, e a expansão dos serviços bibliotecários em geral (com oferta generalista e diversificada, melhores equipamentos e modalidades de leitura), portanto, num contexto histórico diverso, de democracia política, e com possibilidades de acesso ao livro assaz ampliadas pelo empréstimo domiciliário e outros avanços (Gomes, 1992; Melo, 2004).

Já no século XXI, a escola ocidental começou finalmente a dar atenção às vantagens da biblioteca ao ar livre, enquanto elemento fundamental da prática do “Dia de Aulas ao Ar Livre”, campanha global criada em 2011 no Reino Unido “para celebrar e inspirar a brincadeira e a aprendizagem ao ar livre”, tendo em conta as potencialidades intelectuais, psicológicas, sociais e culturais desta perspectiva.³⁵ Hoje em dia os serviços de serviço de

³⁴<http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=1056>

³⁵<https://diadeaulasaoarlivre.pt/sobre/>

biblioteca ao ar livre estão mais expandidos (das cidades às praias e campos), tanto em Portugal como na generalidade dos países desenvolvidos, seja por iniciativa pública ou da sociedade civil.

CONCLUSÕES

As bibliotecas ao ar livre em Portugal foram um índice limitado de modernização bibliotecária e de modernidade cultural numa sociedade em que a educação e a cultura de massas se consolidaram muito lentamente e sob severos condicionamentos políticos, económicos, sociais e culturais. A instauração duma ditadura ultranacionalista longeva foi um factor de bloqueio decisivo ao seu alcance cultural e educativo, ainda que favorecendo uma expansão das literacias mínimas.

A uma democratização sociocultural tentada na I República contrapôs o regime ditatorial subsequente o enquadramento e vigilância dos novos grupos sociais de leitores trazidos por progressos distintos e sucessivos, na alfabetização, no associativismo educativo-cultural, nas literacias, como os operários, as mulheres, os estudantes, entre outros grupos então menos representativos (reformados, etc.). Os acólitos da ditadura, com uma forte implantação na capital, preferiram domesticar as sociabilidades de rua, concebendo os espaços de leitura pública nos jardins e parques da capital como um recurso para controlar certos grupos sociais como os estudantes, evitando que se deixassem tentar pela antiga rua disruptiva e tumultuosa da época republicana, uma mescla entre sociabilidades urbanas de boémia e intervenção cívica, democratismo socioeducativo, irrupção de vanguardas modernistas e emergência da indústria cultural urbana.

O nexó entre biblioteca e educação esteve sempre presente, mas mudaram as concepções ideológicas subjacentes: na I República houve uma perspectiva da leitura pública (inclusive ao ar livre) como instrumento para a *demopedia*, para a instrução de todos no saber

mais enciclopédico e iluminista possível, substituído na ditadura por uma perspectiva de instrumentalização da educação no sentido nacionalista e de subsequente controle das leituras e do tempo social de certos grupos sociais, em especial dos estudantes, sendo a indomável tentação da literatura dita recreativa vista como um mal menor para reter leitores mais imprevisíveis em espaços relativamente domesticados.

Estas bibliotecas representaram um serviço público moderno de leitura presencial com uma implantação muito lenta e circunscrita em Portugal, nalgumas cidades e, em geral, por breves períodos, com exceção da capital.

Quando surgiu este tipo de espaço público, nos anos 1920, começou por ser uma experiência localizada, só em Lisboa, de iniciativa particular, ligada a uma universidade popular, e emulando uma experiência alienígena, mais concretamente do Parque do Retiro, em Madrid. Suspensa pouco depois, a experiência seria recuperada na mesma cidade pelas autoridades públicas locais (município) nos anos 1930, tendo-se consolidado em torno da dezena de unidades a partir da década seguinte e acabado em 1980 (em 1993 regressou apenas uma unidade). Localizaram-se em bairros populares e (sobretudo) de classe média, e oscilavam entre o horário da manhã e o da tarde, durante os dias úteis, o que limitou o seu público potencial aos estudantes e a adultos com tempo disponível fora do horário laboral ou já reformados. Ainda assim, representaram uma percentagem relevante do movimento de leitura.

Os periódicos, sobretudo informativos, desportivos e infanto-juvenis foram muito requisitados, mas também houve procura significativa de livros, provavelmente mais os de ficção do que os restantes, mas os dados apurados não permitem generalizações. A leitura em grupo por crianças e jovens, comprovada na iconografia disponível, permitiu atestar a reconfiguração de práticas de leitura seculares sobretudo populares (mas não só), antes associadas a leituras em voz alta ou partilhada, nos campos, nos cafés, na rua, nas associações e clubes, nas fábricas...

As bibliotecas de jardim em Lisboa trouxeram um significativo benefício quantitativo ao movimento de leitura municipal, dos anos 1930 aos anos 1960. Estes resultados tinham ainda a particularidade de serem alcançados num horário de serviço significativamente menor (cobrindo apenas parte do dia, parte da semana, e/ou parte das estações do ano, etc.). De ressaltar que a oferta bibliográfica presente nas unidades ao ar livre foi muito menos abundante e previamente filtrada pelos bibliotecários (e pela censura política), o que condicionou ainda mais a escolha possível dos leitores.

Após a revolução de 1974 a prioridade assentou na criação duma rede de bibliotecas fixas com oferta generalista, diversificada e empréstimo domiciliário e na descentralização. As bibliotecas ao ar livre caíram em desuso e só reapareceram nos finais do século XX, no caso de Lisboa após incentivo central, depois seguido pelo poder municipal apenas para uma unidade, a do jardim da Estrela, que assim se manteve como a mais longeva.

Não obstante a sua limitada implantação, as bibliotecas ao ar livre reforçaram a leitura em espaço público, o que foi um contributo relevante para que a mulher deixasse de estar confinada ao espaço privado, possibilitando formas de emancipação social, cultural, de socialização e de reflexão, de acesso à leitura, à diversão, à informação e ao conhecimento. Também permitiram uma maior integração, formação e recreação das crianças e jovens, um dos seus públicos principais, apesar da tentativa de imposição duma ‘receita’ oficial.

A presença inicial destas bibliotecas ao ar livre apenas em jardins públicos (ou praças ajardinadas) reforçou então a centralidade destes espaços públicos. Amiúde, essa centralidade foi reforçada pelo facto dos jardins estarem situados em praças públicas centrais dessas mesmas cidades.

A oferta bibliográfica teve perfis distintos: mais diversificada sob a I República (exemplo pioneiro de 1922) e dos finais do século XX em diante; mais conformista e com censura política sob a ditadura de Salazar.

Na oferta disponível sob a I República havia uma boa representação da poesia e prosa portuguesas, incluindo também o ensaio. Destacavam-se autores canónicos oitocentistas como Herculano, Garrett, Camilo, Júlio Dinis, Eça e Fialho. Trata-se de autores canónicos mas também com uma significativa popularização, pelo que combinava bem com a particularidade desta biblioteca estar ligada a uma “universidade popular” de Lisboa, a Universidade Livre.

Na oferta disponível durante o Estado Novo o cerne incide necessariamente no jogo entre a censura política dos recheios bibliográficos e a pressão da procura (Vaquinhas, 2012; Melo, 2016). Nesta pressão destacam-se grupos de leitores emergentes (operariado, classes médias, mulheres e jovens), que procuravam com grande insistência a imprensa, revistas, “quadradinhos” e por uma leitura mais recreativa. Disso nos dão conta as estatísticas de leitura, a evolução dos abastecimentos e saída de obras por deterioração bem como relatórios de bibliotecários e outra documentação trocada pelos serviços. As directrizes oficiais impunham um forte filtro nas leituras, e uma vigilância muito atenta às leituras dos jovens. Por outro lado, procurava impor ofertas de entidades públicas.

Já no período democrático a maior diversificação dos materiais bibliográficos disponibilizados foi acompanhada pela expansão deste tipo de serviços pelo país, mas numa dimensão já menos “urbana”, mais centrada em territórios desfavorecidos (as aldeias distantes das urbes) ou nos períodos de lazer (férias grandes do Verão, por exemplo) e, portanto, com oferta localizada nas praias ou em espaços florestais de veraneio. Em ambos os casos recorrendo sobretudo a bibliotecas ambulantes. A excepção foi Lisboa, onde porém se verificou um contraponto relevante, a forte diminuição dos pontos de distribuição e de leitura na capital, limitados ao quiosque do jardim da Estrela e às bibliotecas itinerantes (carrinhas com percursos regulares pelos bairros da cidade). A política cultural lisboeta apostaria sobretudo na lógica de uma rede de bibliotecas fixas de bairro, ainda incompleta, articulada com as bibliotecas itinerantes, ambas expandindo o serviço de empréstimo domiciliário e presencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANÓNIMO. (1922). Como o povo aprende a amar a sua terra e os seus escritores. *Ilustração Portuguesa*. 854, 20. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1922/N854/N854_item1/P21.html [07/09/2018].

BAGAGEM, Ana. (2008). *Americanização e aparecimento da cultura de massas em Portugal*. Portugal: Universidade de Coimbra. <http://www.dgsi.pt/bpjl.nsf/83cbe9acef94db5a8025730800549412/6568793e4dedf49f802578730034041e?OpenDocument>.

BANDEIRA, Filomena. (1994). *A Universidade Popular Portuguesa nos anos 20*. Universidade Nova de Lisboa: Portugal. <http://hdl.handle.net/10362/14306>.

CASTELO, Cláudia. (2008). A evolução das práticas profissionais nas bibliotecas municipais de Lisboa. [Comunicação não publicada] 2.^a Conferência da iniciativa “O Mês da Profissão de Informação - Documentação na Câmara Municipal de Lisboa”. Lisboa. http://blx.cm-lisboa.pt/fotos/gca/1215787947a_evolucao_das_praticas.pdf [07/09/2018].

CML. (1959). *25 anos de serviços culturais*. Lisboa: CML.

CML. (2000). *A revolução é um sonho: José Gomes Ferreira, Alexandre Ferreira*. Lisboa: Biblioteca-Museu República e Resistência da CML.

Decreto-lei de 18 de Março de 1911 (Diário do Governo, Série I, 1911-03-18).

Decreto-lei nº 19952 de 27 de Junho de 1931 (Diário do Governo, Série I, 1931-07-27).

DIAS, Jaime Lopes. (1939a). Aspectos culturais – vida mental de Lisboa. *Revista Municipal*. 1, 61-62. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N1/N1_item1/P64.html, http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N1/N1_item1/P65.html [07/09/2018].

DIAS, Jaime Lopes. (1939b). Aspectos culturais – vida mental de Lisboa. *Revista Municipal*. 2, 24. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RevMunicipal/N2/N2_item1/P26.html [07/09/2018].

GOMES, Marie Odile. (1992). Le Portugal. In POULAIN, Martine (Ed.). *Les bibliothèques publiques en Europe* (pp. 309-329). Paris: Éditions du Cercle de la Librairie.

GREENBERG, Gerald S. (2003). “On the roof of the library nearest you”: America’s open-air libraries, 1905-1944. In FREEMAN, Robert S. Freeman; HOYDE, David V. (Eds.).

Libraries to the people: histories of outreach (pp. 181-191). Jefferson (N.C.): McFarland and Company.

JANEIRO, Maria João (1994). Lisboa revisitada: lojas, quotidiano e vida urbana. In

JENKINS, Christine A. (2000). The history of youth services librarianship: a review of the research literature. *Libraries & Culture*, 35-1, 103-140.

LEITE, José (2014). *Restos de coleção*. [Blog] <http://restosdecoleccion.blogspot.com/2014/08/bibliotecas-ao-ar-livre.html?showComment=1409003303147#c7121934535712784650>.

MELO, Daniel. (2004). *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MELO, Daniel. (2008). Leitura pública, educação popular e política cultural em Portugal (1870-1950). In PITA, António Pedro; TRINDADE, Luís (Eds.). *Transformações estruturais no campo cultural português (1900-1950)* (pp. 135-161). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MELO, Daniel. (2010). *A leitura pública na I República*. Famalicão: Húmus.

MELO, Daniel. (2016). A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16, 475-496. https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_21 [07/09/2018].

NEVES, Rui. (2006). As bibliotecas em movimento. As bibliotecas móveis em Portugal. [Comunicação não publicada]. *II Congresso de Bibliotecas Móveis*. Barcelona. <http://www.bibliobuses.com/documentos/ruineves.pdf> [07/09/2018].

NÓVOA, António (2005). *Evidentemente: histórias da educação*. Porto: Asa.

PEIXINHO, Ana Teresa; DIAS, Luís Augusto Costa (2015). A cidade e as suas personagens em fim de século: quadro de emergência de uma cultura urbana de massas em Portugal. *Mediapolis: revista de comunicação, jornalismo e espaço público*, 1, 101-115. http://dx.doi.org/10.14195/2183-6019_1_6 [07/09/2018].

RAMOS, Maria Carolina. (1919). Como o povo aprende a amar a sua terra e os seus escritores. *Ilustração Portuguesa*, 718, 405-408. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1919/N718/N718_master/N718.pdf [07/09/2018].

REIS, Carlos (1991). A produção cultural entre a norma e a ruptura. In REIS, António (Ed.), *Portugal contemporâneo*. Vol. 4 (pp. 201-270). Lisboa: Alfa.

SÁ, Victor de. (1956). *As bibliotecas, o público e a cultura*. Braga: ed. autor.

TRANIELLO, Paolo. (1997). *La biblioteca pubblica*. Bolonha: Il Mulino.

TRINDADE, Luís (2014). A cultura. In TEIXEIRA, Nuno Severiano (Ed.). *História contemporânea de Portugal, 1808-2010* (pp. 196-234). Lisboa: Objetiva.

VAQUINHAS, Irene. (2012). Los peligros de la lectura en femenino: de los libros prohibidos a los libros aconsejados (siglos XIX-XX). In ALTURO, Jesús; TORRAS Miquel, CASTRO, Ainoa. *La producció i circulació de llibres clandestins des de l'antiguitat fins als nostres dies* (pp. 95-112). Barcelona: Universidad Autònoma.